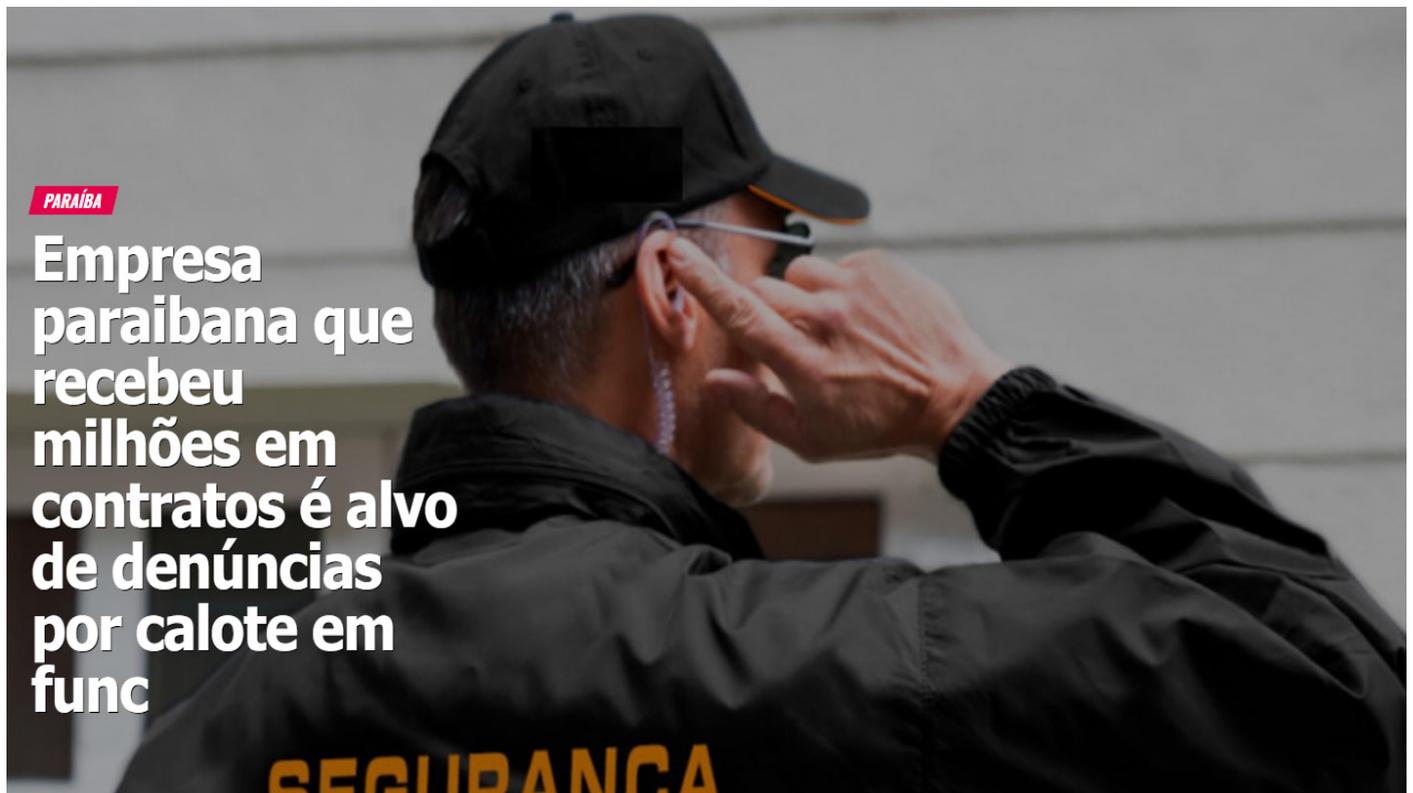




## PARAÍBA

# Empresa paraibana que recebeu milhões em contratos é alvo de denúncias por calote em funcionários



PARAÍBA

Empresa paraibana que recebeu milhões em contratos é alvo de denúncias por calote em func

Por Redação do Portal da Capital

Uma das empresas paraibanas que mais movimentou contratos milionários com o poder público nos últimos anos agora está no centro de uma série de denúncias graves. O Grupo NSF, responsável pelas empresas Ágape Serviços e Kairós Segurança, é alvo de apurações por suposta má gestão contratual, descumprimento de direitos trabalhistas e possíveis irregularidades com o uso de recursos públicos.

As acusações vão desde atrasos sistemáticos nos salários e benefícios de trabalhadores terceirizados até suspeitas de fraude na apresentação de documentos e recebimento de valores milionários sem contrato vigente. Só a empresa Ágape teria recebido mais de R\$ 430 milhões dos cofres públicos mesmo após a rescisão de contratos. Já a Kairós, outra empresa do grupo, aparece como beneficiária de pagamentos superiores a R\$ 500 mil sem vínculo contratual ativo.

Funcionários terceirizados lotados em contratos firmados com diversos órgãos denunciam atrasos que chegam a mais de 15 dias nos salários e até 30 dias nos vales-alimentação. Além disso, há relatos de que os depósitos do FGTS não vêm sendo feitos desde 2021 — mesmo com os repasses da administração pública sendo realizados normalmente.

A prática, já discutida no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), levanta suspeitas de retenção indevida de recursos públicos que deveriam ter sido repassados aos trabalhadores. Em pelo menos uma das fiscalizações realizadas, a Kairós Segurança apresentou guias de FGTS que cobriam apenas 72 funcionários, embora o contrato envolvesse cerca de 400 trabalhadores. O uso de documentação que não reflete a real folha de pagamento é considerado grave e pode configurar tentativa de fraude, segundo apurações em andamento no TCE-PB.

### **Perda de contrato e calote nas rescisões**

Após anos de atuação em diversos órgãos, a Ágape perdeu recentemente um de seus maiores contratos com o Governo da Paraíba. Porém, até o momento, os profissionais dispensados não tiveram suas rescisões pagas e seguem com depósitos do FGTS em aberto. A situação se agrava pelo fato de que o Estado cumpriu todas as suas obrigações e continuou realizando os pagamentos à empresa até o encerramento do contrato, o que torna a inadimplência com os trabalhadores ainda mais injustificável.

Enquanto os funcionários enfrentam atrasos, insegurança alimentar e falta de direitos trabalhistas básicos, o presidente do grupo empresarial ostenta um padrão de vida de luxo. Informações apontam que ele teria adquirido recentemente um carro avaliado em R\$ 1,8 milhão e uma mansão em Bananeiras, no Brejo paraibano. Para o São João de 2025, estaria preparando um camarote privativo avaliado em R\$ 40 mil.

Fonte: Redação do Portal da Capital

## **SINDICATO: NOSSA CASA COLETIVA, NOSSA IDENTIDADE DE CLASSE, NOSSO INSTRUMENTO DE LUTA**



HELDER MOLINA

O surgimento do sindicalismo está ligado ao contexto da industrialização e consolidação do capitalismo na Europa a partir do século XVIII, quando ocorreu a Revolução Industrial. Esse período histórico foi marcado pelas péssimas condições de vida e trabalho às quais estava submetida boa parte da população europeia, principalmente os trabalhadores.

No Brasil, a formação dos sindicatos é influenciada pela migração de trabalhadores vindos da Europa para trabalhar no país. No final do século XIX, a economia e a sociedade brasileira sofreram uma grande transformação, marcada pela abolição da escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889).

Neste momento, a economia brasileira deixa de se concentrar na produção de café e cede espaço para as atividades manufatureiras, surgidas nos centros urbanos e no litoral brasileiro. A abolição da escravidão, substituída pelo trabalho assalariado, atrai muitos imigrantes vindos da Europa, que ao chegar se depararam com uma sociedade que oferecia pouquíssimos direitos aos trabalhadores, ainda marcada pelo sistema escravocrata.

Estes novos trabalhadores possuíam experiência de trabalho assalariado e relativos direitos trabalhistas já conquistados em seu antigo país. Assim, rapidamente essas pessoas começaram a formar organizações

Na relação entre capital e trabalho, o trabalhador é a parte menos protegida, a que precisa de proteção. Porque o empresário, além do poder econômico, em geral, ele também tem o poder político.

Um sindicato fortalecido é um instrumento de luta da classe trabalhadora que vai além da busca por melhores condições de trabalho e da questão salarial. O conjunto de direitos sociais que hoje atende toda população foram reivindicações históricas do movimento sindical.

Os sindicatos existem para defender os direitos dos trabalhadores. Nossos direitos são frutos de muitas lutas e para garanti-los temos que ter sindicatos fortes e de luta. Hoje temos emprego, salário, previdência, plano de saúde, e tantos outros direitos garantidos. Mas milhões de trabalhadores ainda não têm esses direitos.

Amanhã, quem garante que não estaremos sem emprego, vivendo na informalidade, sem salário, sem renda, sem direitos, sem futuro? É pensando nisso que nos organizamos em

sindicatos. Os direitos que os trabalhadores têm, hoje, são frutos de muitas lutas, vindas desde o século XIX

Duros combates e mobilizações para melhorar a vida dos trabalhadores se deram não só no Brasil (desde a escravidão), mas no mundo inteiro. A luta pela definição, e depois pela redução da jornada de trabalho, vem de 150 anos.

Quando não havia sindicatos, nem direitos trabalhistas, era o patrão quem decidia o preço da força de trabalho e a duração da jornada. Eram de 14 ou 16 horas diárias, e o trabalho das crianças e mulheres não era remunerado. Só na década de 1920 os trabalhadores conquistaram a jornada de 8 horas diárias. E, no Brasil, isso só foi em garantido na lei em 1932.

A vida “produtiva” de um trabalhador não passava de 25 anos de trabalho. Viravam bagaços humanos nas engrenagens das fábricas. Só a partir de 1910 foram garantidos o descanso aos domingos e o direito a férias. E essas conquistas foram à custa de muitas greves, mobilizações de massas, sofrendo repressões violentas, torturas, prisões, desaparecimentos, mortes. As operárias queimadas vivas numa fábrica de Chicago, nos EUA, são uma prova disso.

Os grandes banqueiros e empresários só acumulam lucros porque exploram os trabalhadores. Dinheiro não nasce em árvore, nem cai do céu. O lucro privado ou estatal é produto da exploração do trabalho e do trabalhador e da ausência de políticas sociais de distribuição da riqueza e dos benefícios gerados pelo trabalho humano, ou quando o Estado vira um comitê de negócios e interesses das classes que dominam a sociedade e monopolizam a economia.

**E, no Brasil, quais foram as principais conquistas?** O 13º salário foi conquistado após grandes greves, confrontos sangrentos, desde 1953, em São Paulo. E só foi reconhecido em lei em 1962, no governo Goulart, após uma década de lutas. As leis de aposentadoria, contra acidentes de trabalho, da licença-maternidade, da periculosidade e insalubridade, fundo de garantia por tempo de serviço, todas, foram resultados de muitas lutas, sem nenhuma dívida do Estado e dos patrões.

Foram presos mais de cinco mil trabalhadores metalúrgicos, em greve, na frente do sindicato, em São Paulo. Para conquistar um direito que os trabalhadores já tinham na Europa, no Japão e nos EUA, menos no Brasil. Questão social no Brasil sempre foi “caso de polícia”.

Nada veio por bondade dos patrões, dívida do Estado, ou por “sorte” de alguns trabalhadores. Ao contrário, só a resistência, a organização, a luta e a mobilização coletiva trazem conquista e direitos.

**E qual a importância do movimento sindical na história do nosso país?** O movimento sindical foi decisivo para a conquista da democracia, dos direitos sociais, da liberdade, em diversos momentos da história brasileira. Para citar só alguns exemplos: a conquista da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) foi fruto das lutas dos anarco-sindicalistas, comunistas e socialistas.

O conjunto de direitos conquistados também foi conseguido pela organização sindical. Os sindicatos participaram das mobilizações que deram fim à ditadura militar no Brasil

e organizaram a resistência às políticas de mercado, impostas no período do presidente Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, em defesa do patrimônio público e dos direitos dos trabalhadores, que foram duramente atacados pelo empresariado e pelo governo.

**Sabemos que as entidades sindicais representam o conjunto das suas respectivas categorias nas negociações coletivas. Uma vez que a filiação sindical não é obrigatória no Brasil, quais são as vantagens e a importância de o profissional ser sindicalizado?**

O trabalhador sindicalizado tem direito garantido de assistência jurídica, seja individual ou coletiva, com advogados nas áreas trabalhista, previdenciária e cível

Tem também direito a descontos em diversas instituições de ensino, lazer, esporte, saúde e outras, com as quais o sindicato mantiver convênio.

Todos os anos o sindicato negocia reajustes nos salários, melhores condições de trabalho e a defesa do emprego, nestes difíceis tempos de precarização, informalização, terceirização e desemprego, de trabalhos por aplicativos, de substituição do trabalho humano pelas tecnologias, e de violentas reformas trabalhistas que tiram tantos direitos dos trabalhadores.

Sem empregos formais o sindicato se enfraquece, a identidade coletiva dos trabalhadores diminui, a previdência social não arrecada, e a pulverização e fragmentação dos trabalhadores aumenta.

Uma negociação salarial é longa, difícil, cansativa, com avanços e recuos, ainda mais em

tempos de crise. O sindicato negocia duramente para que você tenha reajustes sobre o salário, sobre o tíquete e todas as outras cláusulas que envolvem valores monetários. Tenha certeza de que, se dependesse da empresa, você receberia 0% de reajuste salarial e seus direitos seriam reduzidos e os benefícios retirados. Só não nos atacam mais porque lutamos coletivamente, e porque o sindicato luta com você.

No setor privado, o sindicato tem negociado Acordos de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) com várias empresas. Isso não significa que abandonamos nossa luta contra a propriedade privada e o capitalismo. Mas trata-se de receber parte do que nos é tirado pelos patrões. Só o sindicato pode negociar e assinar a PLR. Pela CLT, o sindicato é a instituição que faz a negociação coletiva.

Todo trabalhador tem direito de se sindicalizar, exercer sua cidadania sindical, opinar, discordar, propor, eleger e ser eleito, desde que participe ativamente da vida de seu sindicato.

Nunca é demais registrar: do céu só cai a chuva, os raios de sol e as bênçãos da fé. Todos os direitos trabalhistas, direitos sociais e políticos que temos hoje foram conquistados através de muitas lutas da organização sindical, dos movimentos sociais. Tudo é fruto de lutas. Se lutando já é difícil, sem luta é muito mais!

O sindicato, ao cobrar contribuição assistencial dos trabalhadores não sindicalizados, faz um ato de justiça, pois as despesas de uma campanha salarial são grandes, e os direitos e benefícios, quando conquistados e garantidos,

são distribuídos a todos e todas, tanto para aqueles que lutaram quanto para os que não lutaram.

Não é justo que só os sindicalizados se responsabilizem pelos custos. Os sindicalizados sustentam a entidade sempre, antes e após as campanhas salariais. Dessa forma, a contribuição assistencial se torna necessária, pois ela visa garantir recursos para as despesas da campanha salarial, assessoria jurídica, formação, comunicação, cultura, lazer, para a categoria e seus familiares, visitas e ações sindicais nos locais de trabalho, produção de jornais, revistas, boletins, viagens para negociações, pagamentos de funcionários para atender a categoria, despesas com luz, água, internet, impostos etc., etc.

Nossos direitos foram todos conquistados nas lutas. O sindicato é o instrumento coletivo de combate de classe, e só a luta coletiva faz frear e recuar o retrocesso civilizatório do capital quanto aos direitos da classe trabalhadora.

Se com sindicato a luta já é difícil, sem sindicatos voltamos à escravidão da falta de direitos, remuneração, cidadania, qualidade de vida. Defende o seu sindicato, filie-se.

Por: Helder Molina é professor da Faculdade de Educação da UERJ, licenciado e bacharel em História, mestre em Educação, doutor em Políticas Públicas, pós-doutor em Educação, assessor e formador sindical.

# Sindicato Svnit recebe denúncia de segurança clandestina no plaza shopping



A diretoria do Sindicato Svnit esteve hoje no plaza shopping em Niterói após receber uma denúncia de prestação de serviço irregular de segurança.

Foi detectado pela direção do Sindicato que em uma das entradas do Shopping temos porteiro da empresa predial e no terceiro e quarto andar bombeiro civil da empresa Ensej no lugar do vigilante.

O plaza está mesclando e colocando vigilantes, porteiros e bombeiros civis pra fazer segurança.

A direção do Sindicato também detectou que 02 bancos foram retirados dos andares, descumprindo o que foi acordado pelo shopping no Ministério Público do Trabalho.

Vamos acionar a Polícia Federal, e o MPT e denunciar as irregularidades.

A administração do plaza shopping já tinha sido comunicada da irregularidade mais infelizmente acham que podem tudo.

De acordo com a lei 14.967 de 09/24 o serviço de segurança clandestina é crime e passível de multa o contratante e o contratado.

O Sindicato Svnit vai visitar todos os shoppings, supermercados, hospitais e onde tiver segurança clandestina será combatida.

A nossa categoria precisa ser respeitada.

FONTE: Sindicato Svnit.

# Bancários cobram Itaú sobre fechamento de agências, metas do Gera e segurança nos espaços de negócios



A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu nesta terça-feira (10) com a direção do banco, na sede da empresa, em São Paulo

No encontro, foram discutidos temas importantes como o Acordo de Conciliação Prévia (CCV), banco de horas, programa de metas Gera, reestruturação das agências e segurança dos trabalhadores.

## **Balanco do CCV e banco de horas**

O banco apresentou dados atualizados sobre o Acordo de Conciliação Prévia (CCV), com crescimento expressivo no número de acordos: de 2.196 em 2023 para 3.107 em 2024 — aumento de 50% nas conciliações, com volume financeiro 55% maior. O prazo de fechamento das negociações permanece em 30 dias, contados da entrada até o pagamento.

Na questão banco de horas, foi apresentada a média de horas extras realizadas nos departamentos e agências. O prazo para compensação vai até julho; caso as horas não sejam compensadas até essa data, os valores deverão ser pagos na folha de pagamento.

ACO Itaú denunciou que, em algumas regiões, gestores estão obrigando os trabalhadores a compensarem essas horas durante o horário de almoço — o que é irregular. O banco afirmou que a compensação precisa ser acordada entre as partes e que reforçará a orientação para que isso não ocorra.

Outro ponto debatido foi o aumento da compensação das horas extras realizadas em domingos e feriados: passou de 1h30 para 2h, a cada hora trabalhada.

## **Programa Gera: metas desproporcionais e falta de transparência**

A COE também cobrou explicações sobre as metas do programa Gera, que têm causado insatisfação entre os trabalhadores pela falta de transparência e pela desproporcionalidade entre as agências.

Foram apresentados exemplos de agências de pequeno porte (com 3 gerentes de negócios) que recebem metas similares ou superiores às de agências maiores (com até 6 gerentes). A COE questionou o critério de distribuição de metas, a falta de clareza nos parâmetros utilizados e a demora na divulgação dos resultados — que pode chegar a 15 dias.

Questionado o Banco em relação da definição do porte de agências a resposta foi que para definição é levado em consideração 30% os clientes e 70% produtos bancários, além do pontencial da região e o retorno esperado. Prometeu realizar lives com os trabalhadores para explicar a metodologia adotada e detalhou que ajustes são feitos em casos de férias,

licenças ou desligamentos de funcionários.

A COE também cobrou o problema de controles paralelos para o acompanhamento da produção e a demora no fechamento dos resultados. O Itaú alegou que 80% dos produtos são computados em D+1, mas operações de renegociação e proteção levam de dois a cinco dias para contabilização.

### **Reestruturação das agências e fechamento de unidades**

A representação dos trabalhadores manifestou forte preocupação com o fechamento de agências, que se intensificou nos últimos meses — com 120 unidades encerradas, 55 em fase de fechamento e previsão de conclusão até o final de agosto. Apesar de o banco afirmar que o critério para fechamento é a rentabilidade e o perfil digital dos clientes, os dirigentes sindicais alertaram que muitas das agências encerradas são lucrativas e essenciais para a população local, especialmente aposentados.

Foi reivindicado que o Itaú cumpra seu papel social, como instituição que detém uma concessão pública, e reavalie o fechamento de agências que são estratégicas para o atendimento da população. O banco se comprometeu a analisar os casos que forem apresentados pela COE nas próximas reuniões.

Em relação à realocação de trabalhadores, o banco informou que está acontecendo. A COE solicitou o acompanhamento de perto do processo e o acompanhamento desses trabalhadores nos novos locais, além de denunciar a superlotação de agências receptoras.

### **Segurança nos Espaços de Negócios**

Outro tema abordado foi a falta de segurança nos chamados “Espaços de Negócios”, onde não há vigilantes nem portas de segurança. A COE cobrou soluções imediatas, já que os abastecimentos de caixas eletrônicos, que deveriam ocorrer externamente, em alguns casos vêm sendo feitos dentro das agências.

O Itaú disse que irá orientar as empresas de transporte de valores e que, onde a estrutura não permitir abastecimento externo, reformas serão feitas para adequação.

### **Segmento Smart Pro e Espaço Personalité**

O banco apresentou o novo modelo das agências Personalité, agora sem caixas e com estrutura enxuta: gerente geral, gerente de relacionamento e assessor de atendimento. Até agora, 21 agências foram transformadas em “Espaços de Negócios” e outras 14 no modelo Personalité, incluindo unidades em Rio Branco, Porto Velho e Foz do Iguaçu.

A COE também cobrou explicações sobre o segmento Smart Pro, principalmente em relação à incorporação da remuneração variável dos gerentes que foram retirados da estrutura das agências. O banco disse que a incorporação foi realizada com base na média de remuneração anterior e prometeu apresentar detalhes sobre o programa e o modelo de remuneração na próxima reunião.

### **Avaliação da COE Itaú**

Para a coordenadora da COE Itaú, Valeska Pincovai, a reunião foi importante para abrir espaço ao debate de questões que impactam diretamente a categoria bancária. “A reunião foi produtiva porque conseguimos debater vários pontos que são problemas de todo o setor bancário e o Itaú se colocou à disposição para avançar em pontos positivos para os trabalhadores. O Itaú tem condições de manter as agências em locais necessários para garantir o atendimento e os empregos. O lucro é cada vez maior e ele precisa contribuir com sua parte na responsabilidade social. Esperamos que tenhamos avanços e a mobilização dos trabalhadores é muito importante para isso. Vamos mapear as agências e levar a realidade dos locais para as próximas reuniões no sentido de lutar para o não fechamento de algumas agências”, afirmou.

A próxima reunião está prevista para apresentar o quadro de demissões e contratações, a revisão do fechamento de agências, além de detalhes sobre o segmento Smart Pro e soluções para as agências sem estrutura adequada para o abastecimento externo de caixas eletrônicos.

Fonte: **Contraf-CUT**

# Bradesco em Belém: insegurança, demissões e agências virando “Unidade de Negócios”



As diretoras do Sindicato dos Bancários do Pará, Eliana Lima e Cristiane Aleixo, estiveram hoje, 06, em diversas agências do Bradesco em Belém e na Região Metropolitana. A visita trouxe um retrato preocupante da situação que os bancários e clientes estão enfrentando, especialmente na agência Pedreira, localizada na Avenida Pedro Miranda.

A realidade encontrada é alarmante: a agência está sem vigilante e sem porta giratória. A ausência de segurança tem facilitado a entrada de pessoas em situação de rua e pessoas que fazem uso de drogas. Segundo relatos, houve intimidação a clientes e até agressões a funcionários. Durante a visita, as dirigentes presenciaram uma pessoa em situação de rua abordando os clientes com insistência. A entrada e saída dos bancários e bancárias se tornaram perigosas, e o abastecimento de

dinheiro na agência está sob responsabilidade de uma empresa terceirizada, o que gera mais insegurança.

“O Bradesco está abandonando os trabalhadores, as trabalhadoras e os clientes. O ambiente nas agências virou um risco diário. A pressão por metas e o medo da demissão estão adoecendo os bancários e bancárias”, denuncia Eliana Lima, diretora de formação e funcionária do Bradesco.

Além disso, os trabalhadores e trabalhadoras enfrentam forte pressão por metas, mesmo com as taxas de juros elevadas e um cenário econômico difícil. Os caixas terceirizados e a falta de pessoal agravam a situação. Muitos clientes, especialmente idosos, enfrentam longas filas nos caixas eletrônicos. Quando os terminais ficam sem dinheiro, é preciso esperar a reposição — o que nem sempre acontece com

rapidez — e os funcionários e as funcionárias, sem autonomia nem recursos, ficam de mãos atadas.

A situação não é isolada. A agência Pedreira virou “Unidade de Negócio”, um modelo que não conta com porta giratória, vigilância armada nem equipe completa de bancários e bancárias. O mesmo já aconteceu com as agências Augusto Montenegro e, segundo informações, a próxima será a agência Nazaré.

“O banco corta custos às custas da segurança e da dignidade de quem trabalha e de quem precisa do serviço. A situação é grave e precisa ser revertida com urgência”, reforça Cristiane Aleixo, secretária geral e bancária da Caixa.

E o impacto é direto na vida dos trabalhadores e trabalhadoras do Bradesco. A cada mudança para esse modelo, há demissões. Em um ano, cerca de 11 agências foram fechadas em Belém:

1. **Campina**
2. **Senador Lemos**
3. **Domingos Marreiros**
4. **Cidade Velha**
5. **Pedreira**
6. **Umarizal**
7. **Batista Campos**
8. **Fernando Guilhon**
9. **Sacramenta**
10. **Doca**
11. **Largo do Redondo**

O Sindicato dos Bancários do Pará segue atento, denunciando, fiscalizando e lutando. Não vamos aceitar mais demissões, nem o fechamento de agências que só penalizam os bancários, as bancárias e a população. Estamos vigilantes e firmes na luta por condições dignas de trabalho e atendimento seguro para todos e todas.

Fonte: Bancários Pará

# Vista de Cármen Lúcia suspende julgamento da revisão da vida toda

**O placar do julgamento está 3 votos a 1 para manter a aplicação do entendimento desfavorável aos aposentados.**



**Ministra Cármen Lúcia pediu vista. (Imagem: Rosinei Coutinho/STF)**

Foi a ministra Cármen Lúcia, do STF, que pediu vista e suspendeu nesta terça-feira, 10, o julgamento de um novo recurso relacionado à chamada “revisão da vida toda” das aposentadorias concedidas pelo INSS.

O julgamento teve início na sexta-feira, 6, no plenário virtual da Corte, e trata de um recurso apresentado pelo INSS. A autarquia busca que o entendimento do STF, que vetou a possibilidade de revisão dos benefícios, seja estendido aos processos ainda em tramitação na Justiça.

Até o momento, o placar está em 3 a 1 pela aplicação do entendimento desfavorável aos aposentados. O relator, ministro Alexandre de Moraes, votou no sentido de que a nova tese deve ser aplicada aos processos pendentes, e foi acompanhado pelos ministros Cristiano Zanin e Gilmar Mendes. O único voto contrário até agora foi do ministro André Mendonça, favorável à revisão dos benefícios.

Não há data definida para a retomada do julgamento.

**FONTE: MIGALHAS** (link: <https://www.migalhas.com.br/quentes/432339/vista-de-carmen-lucia-suspende-julgamento-da-revisao-da-vida-toda>)

# Sindicalistas das Américas e da Espanha denunciam ataques do Santander aos direitos dos bancários e às representações sindicais

**Jornada Internacional de Luta será no dia 26 de junho**



Dirigentes sindicais de diversos países da América Latina e da Espanha participaram, nesta terça-feira (10), de uma reunião emergencial da Rede Sindical Internacional do Banco Santander, realizada em Buenos Aires, para debater as ações em defesa do emprego bancário e das condições dignas de trabalho em todo o continente.

No encontro, foram relatadas as problemáticas enfrentadas pelos trabalhadores e suas representações sindicais diante dos ataques sistemáticos da direção global do banco, que incluem demissões, terceirizações, precarização das condições de trabalho e enfraquecimento da representação sindical. Esse cenário vem sendo observado em países como Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Brasil e também na Espanha, sede da matriz do grupo.

Nos relatos dos países presentes, ficou evidente a prática do Santander de promover a chamada “migração” de trabalhadores bancários — cobertos por convenções coletivas e representados por sindicatos — para outras empresas do conglomerado. Esse processo retira esses trabalhadores da proteção das normas coletivas e das entidades sindicais, resultando em perda de direitos, precarização e fragmentação da categoria bancária.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

Outro ponto de destaque foi a constatação de que as mulheres têm sido as principais vítimas das demissões promovidas pelo banco em toda a região, revelando um viés discriminatório nas dispensas, mesmo diante dos lucros bilionários registrados pelo grupo Santander.

A declaração oficial divulgada pela Rede denuncia que tais práticas não são casos isolados, mas fazem parte de uma política global articulada pelo Santander para impor nas Américas um modelo regressivo de relações de trabalho. O objetivo é elevar ainda mais seus lucros à custa da saúde, segurança, dignidade e direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

“Estamos aqui em solidariedade aos colegas da Argentina e em luta conjunta para exigir do Santander o respeito à negociação coletiva, o fim das demissões injustificadas e o compromisso com condições de trabalho dignas em todos os países”, afirma a coordenadora da Comissão de Organização de Empregados (COE Santander), Wanessa Queiroz.

**Jornada Internacional de Luta será no dia 26 de junho**

Como parte da resposta sindical articulada, a Rede Sindical Internacional convocou uma Jornada Internacional de Luta para o dia 26 de junho, com mobilizações nos diversos países onde o Santander atua. A ação visa denunciar e resistir coletivamente às demissões, terceirizações, precarização laboral e perseguições sindicais promovidas pela direção do banco.

**FONTE: CONTRAF**

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF